

Regras do jogo

JOGO DE GOVERNO ABERTO



IGA CGU

Jogadores: no mínimo, 4 e, no máximo, 6 jogadores.

Contém: 1 dado, 29 cartas de Eventos, 6 cartas de atores e 98 cartas de ações.

Cada ator possui o seu próprio baralho de ações, as quais se dividem nas categorias: Transparência, Participação Social e Responsabilização, eixos essenciais para um governo aberto.

INTRODUÇÃO

O que é governo aberto? Se você já conhece o tema e quer saber mais, ou então, se você não tem a mínima ideia do que se trata, mas ficou curioso: este jogo é para você!

O jogo de Governo Aberto, um projeto da Controladoria-Geral da União, da Fast Food da Política e do Instituto de Governo Aberto, pretende mostrar como esse termo se torna realidade ou se concretiza na prática, apresentando o caminho que deve ser trilhado para a formação desta nova visão da administração pública.

O conceito de Governo Aberto não é único, entretanto, em todas as abordagens, é comum o entendimento de que um governo é aberto quando adota medidas que contribuem para a transparência, a participação social e a responsabilização. Podemos citar, como exemplos, a abertura de dados realizada pelo governo, a publicação de informações, a criação de espaços de diálogo com o cidadão e a realização de processos colaborativos com a população. Além disso, merecem destaque também a contínua prestação de contas e a responsabilização do governo por seus atos e decisões. Não podemos nos esquecer, contudo, que, para um governo ser efetivamente aberto e conseguir mudar a vida das pessoas, é fundamental que todos os outros segmentos da sociedade estejam envolvidos em suas iniciativas: ONGs, movimentos sociais, empresas, cidadãos, etc. Cada um deve desempenhar o seu papel para garantir que a relação entre governo e sociedade aconteça da melhor forma possível.

COMO JOGAR?

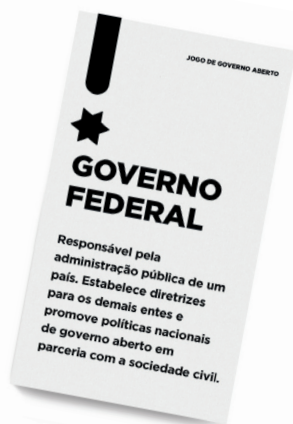
1. Os atores são distribuídos aleatoriamente e cada jogador deve pegar o seu baralho correspondente.



*Sempre devem jogar 2 atores do **GOVERNO** (Governo Federal e Governo Local) e os demais devem ser da sociedade civil (cidadão, empresa, movimento social e ONG). Ou seja, se estiverem em 4 jogadores, 2 serão governo e 2 sociedade civil. Em 5 participantes, 2 devem ser de governo e 3 da sociedade civil. Em 6, deve-se usar todos os atores.

2. O jogo começa sempre com o Governo Federal e depois segue a sequência em sentido horário.

Antes, porém, é importante que todos leiam em voz alta a carta que traz o perfil do seu ator.



3. Assim que estiver com o seu baralho específico (de ações), cada jogador deve embaralhar as cartas e retirar aleatoriamente 3 delas para iniciar o jogo. Em toda rodada, cada participante deve ter 3 cartas em mãos.

4. As cartas de Eventos devem ser embaralhadas e permanecer na mesa junto com o dado.

5. Este é um jogo colaborativo e para vencê-lo o grupo precisa criar trilhas, com a participação de todos os atores, para que os eixos essenciais a um governo aberto (Transparência, Participação Social e Responsabilização) sejam completados.

Para mostrar a importância dos eixos de governo aberto e o papel de cada ator, **é necessário montar 3 trilhas:** 1 trilha de Participação, 1 de Transparência e 1 de Responsabilização.

Uma trilha só é considerada completa quando contém, ao menos, uma carta de cada ator.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Governo local disponibiliza canais para participação da população e troca de informações. Como resultado, ganha maior velocidade nas respostas às demandas dos cidadãos.	Lai cria ouvidorias externas e com controle social para órgãos de saúde. A sociedade ganha mais um canal de interação com o governo.	Organização sem fins lucrativos realiza ações junto ao poder público, a fim de sensibilizar, pressionar e influenciar decisões sobre diretrizes para a educação pública brasileira.	Empresas participam de audiência pública e manifestam opiniões sobre diretrizes da política de resíduos sólidos, contribuindo com ações e sugestões.	População utiliza técnicas para formular, junto com o governo, políticas mais adequadas para os problemas municipais.	Representante de movimento social no Conselho Gestor de Saúde participa ativamente das discussões sobre melhoria do atendimento e acolhimento dos cidadãos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).
ABRIGADO - GOVERNO LOCAL	ABRIGADO - GOVERNO FEDERAL	ABRIGADO - UBS	ABRIGADO - EMPRESAS	ABRIGADO - CIDADÃO	ABRIGADO - MOVIMENTO SOCIAL

RESPONSABILIZAÇÃO	RESPONSABILIZAÇÃO	RESPONSABILIZAÇÃO	RESPONSABILIZAÇÃO	RESPONSABILIZAÇÃO	RESPONSABILIZAÇÃO
Governo local cria órgão de controle interno, com funções de auditoria, ouvidoria, corregedoria, promoção da integridade e transparência, com equipe e recursos independentes.	Governo cria programa online em que os gestores tiram dúvidas e explicam o que tem feito em diferentes políticas públicas.	Organização divulga relatório de prestação de contas referente aos contratos que firmou com órgãos públicos (valores, produtos, resultados etc.).	Empresário oferece proposta para representante do governo em troca de favorecimento em licitações públicas.	Moradora faz denúncia sobre possível superfaturamento em obras do seu bairro.	Rede de movimentos pela participação social elabora manifesto público e se articula com órgãos de controle para conter retrocessos nas políticas de governo aberto.
ABRIGADO - GOVERNO LOCAL	ABRIGADO - GOVERNO FEDERAL	ABRIGADO - UBS	ABRIGADO - EMPRESAS	ABRIGADO - CIDADÃO	ABRIGADO - MOVIMENTO SOCIAL

TRANSPARÊNCIA	TRANSPARÊNCIA	TRANSPARÊNCIA	TRANSPARÊNCIA	TRANSPARÊNCIA	TRANSPARÊNCIA
Sigilo sob dados imobiliários é quebrado por governo local. A partir de agora, dados sobre propriedades estão abertos e acessíveis, permitindo o controle social.	Publicação do Mapa Cultural, uma plataforma colaborativa em que governos, organizações e cidadãos podem compartilhar eventos e informações culturais e geolocalizá-los. A ferramenta é iniciativa de transparência colaborativa.	Organizações da sociedade civil se uniram para elaborar amplo relatório sobre o sistema de educação municipal a partir de dados públicos disponibilizados pelo governo.	Startup desenvolve aplicativo de transporte público a partir de dados abertos pelo governo. Com o aplicativo, as pessoas podem ver rotas e saber a localização exata do ônibus.	Aluno faz pedidos de informação sobre recursos investidos na universidade. Após análise da informação recebida, sugestões para melhoria na gestão foram enviadas para a instituição, gerando mudanças que aprimoraram a eficiência na utilização do gasto público.	Movimento social capacita população a realizar pedido de acesso à informação pública.
ABRIGADO - GOVERNO LOCAL	ABRIGADO - GOVERNO FEDERAL	ABRIGADO - UBS	ABRIGADO - EMPRESAS	ABRIGADO - CIDADÃO	ABRIGADO - MOVIMENTO SOCIAL

6. Na sua vez, o jogador deve:

- Baixar na mesa uma carta do baralho de ações para compor uma das trilhas.
- Em seguida, deve retirar uma carta de Eventos e ler para todos.
- Logo após, ele deve comprar outra carta de seu baralho, **para manter-se sempre com 3 cartas em mãos.**

COMO TERMINA O JOGO?

Para ganhar: Formando 3 trilhas completas de cada um dos eixos de governo aberto em até 4 rodadas (simbolizando cada ano de mandato de um governo). É necessário que as três trilhas tenham, pelo menos, **uma carta de cada ator.**

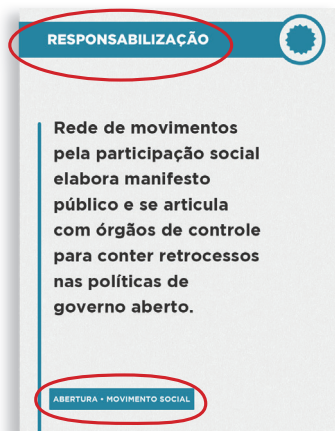
Como se perde: Ao final de 4 rodadas, caso as 3 trilhas essenciais para um Governo Aberto **não estejam completas, todos perdem.** Ou caso as cartas de ações acabem antes das trilhas terem sido completadas.

AÇÕES DE ABERTURA X AÇÕES DE FECHAMENTO

As cartas do baralho de ações possuem 2 legendas:

uma no **canto superior**, que define se sua ação faz parte da trilha Transparência, Participação Social ou Responsabilização; e outra no **canto inferior**, que define se é uma ação de abertura ou de fechamento da política de Governo Aberto.

As **ações de abertura** sinalizam conquistas para o Governo Aberto, e as de fechamento sinalizam dificuldades e retrocessos para a abertura.

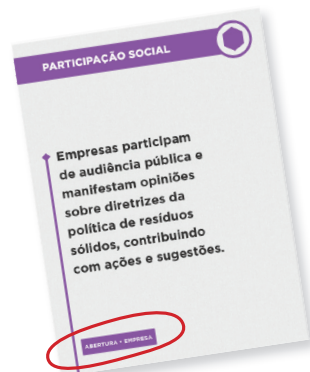


Uma trilha de Governo Aberto só pode ser composta por iniciativas de abertura. Quando os jogadores não tiverem cartas de abertura para baixar, eles terão que usar uma carta de fechamento. Toda vez que uma iniciativa de fechamento é colocada na mesa, a trilha correspondente é derrubada, ou seja, todas as cartas que compunham a referida trilha são retiradas.

Os Eventos trazem ações que podem contribuir ou atrapalhar com o desenvolvimento da trilha, por isso é importante que os jogadores se unam para protegê-la.

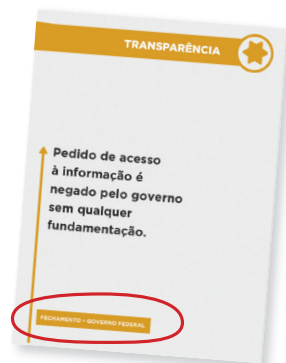
CARTAS DE ABERTURA

As iniciativas de abertura são as ações positivas dos atores, que aprimoram as políticas públicas por meio de ações de Transparência, de Participação Social e de Responsabilização. **No jogo, as trilhas só serão formadas com ações de abertura.** Por isso, elas deverão ser baixadas na mesa, formando trilhas de acordo com cada eixo (Participação Social, Transparência ou Responsabilização).



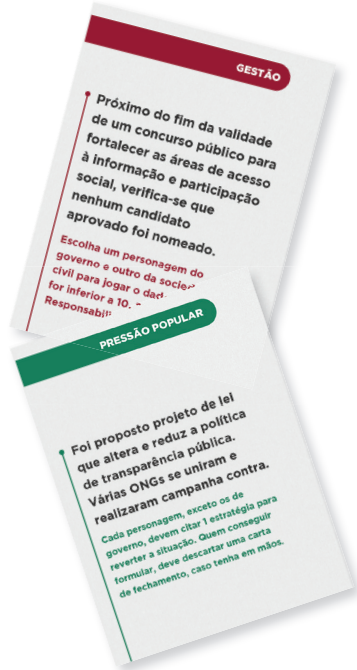
CARTAS DE FECHAMENTO

São ações que representam retrocessos na agenda de Governo Aberto ou a manutenção de interesses privados em detrimento dos públicos. Tais iniciativas não incentivam a prática da abertura, provocando o que chamaremos no jogo de "fechamento" das políticas de Governo Aberto. Quando baixadas, as cartas de fechamento trarão impactos para todos, e todas as cartas de uma trilha serão retiradas da mesa.



EVENTOS

As cartas de Eventos representam ações que nem sempre podemos controlar e que impactam positiva ou negativamente a construção das trilhas no jogo. São situações que trazem consequências baseadas na sorte ou na solução dos desafios apresentados. Os jogadores devem seguir as orientações contidas em cada carta e arcar com as respectivas consequências. **Seguem abaixo referências de respostas para os desafios propostos nas cartas:**



CARTA Nº 1: O que se pode fazer quando um governo propõe uma medida que não agrada a população?

Nem sempre as pessoas compreendem seus papéis e de que forma podem agir para influenciar e pressionar as decisões. Vamos listar algumas sugestões de estratégias que poderiam surgir no jogo, mas, certamente outras contribuições são válidas.

Exemplos de estratégias: a criação de um abaixo-assinado; a inclusão de manifestação/reclamação na ouvidoria; representação no Ministério Público ou em organismos internacionais.

CARTA Nº 7: Quais ferramentas de transparência são aliadas para que governo possa mostrar suas realizações?

A prestação de contas é a forma de o governo esclarecer a população sobre as decisões tomadas e pode ser realizada por meio de pronunciamentos, publicação de boletins informativos, realização de reuniões com lideranças, divulgação de conteúdos digitais completos e da garantia de espaço para diálogo com os cidadãos.

Exemplos de ferramentas: O portal da transparência é uma ferramenta que permite que qualquer cidadão encontre informações sobre gastos, receitas, contratos firmados, salários de servidores, licitações, entre outras. O site do governo costuma ser um importante instrumento para publicação de suas realizações (junto com a imprensa oficial) e apresenta informações sobre órgãos do governo, os responsáveis por cada pasta, notícias, contatos e endereços. O Serviço de Acesso à Informação (e-sic) é um canal em que o cidadão solicita informações e o governo responde, fornecendo as informações públicas solicitadas e esclarecendo sobre suas realizações e decisões tomadas.

CARTA Nº8 : Mudanças de gestão normalmente implicam um grande risco para a continuidade de políticas públicas, principalmente quando essas não estão institucionalizadas por leis; não têm previsão orçamentária, servidores concursados ou não sofrem controle social e externo. No caso de redução de uma política de Governo Aberto, a ONG poderia realizar uma campanha para denunciar a redução ou pedir uma reunião com a nova gestão; o Movimento Social poderia se articular para cobrar pressão de conselheiros junto à nova gestão; o Cidadão poderia realizar uma denúncia junto a órgãos de controle ou reivindicar a manutenção da estrutura da política de Governo Aberto junto a vereadores.

CARTA Nº 9: Resposta correta: Verdadeiro

A transparência ativa ocorre quando se publica informação sem a necessidade de solicitação. É uma ótima ferramenta para informar a população sobre as ações que estão sendo feitas, esclarecer fatos e combater fake news que costumam circular de forma mais intensa em momentos de crise.

CARTA Nº 10: Qual o papel de cada ator do jogo para tornar um governo mais aberto?

As respostas para este questionamento não são fixas. Assim, outras

contribuições podem surgir no jogo. Mas, como sugestão, vamos elencar algumas, de acordo com cada ator. O Governo Federal pode criar diretrizes nacionais que definem o plano de Governo Aberto e que poderão ser replicadas em todas as outras esferas; o Governo Local pode replicar as tecnologias já utilizadas pelo Governo Federal e ampliar a participação social na tomada-de-decisões; o Cidadão pode criar o hábito de acompanhar e fiscalizar as ações do governo, utilizando as ferramentas disponíveis; o Movimento Social pode se articular com outros movimentos para aumentar a pressão social em relação a determinadas políticas públicas; a Empresa, com o seu núcleo de responsabilidade social, pode utilizar os dados públicos para nortear os seus programas; a ONG pode utilizar os dados públicos disponíveis para monitorar as ações do poder público e para produzir conhecimento.

CARTA Nº 22: ONG, Movimento social e Cidadão devem pensar numa articulação para evitar essa omissão.

Dentre as articulações possíveis, a sociedade civil poderia realizar denúncias junto a organismos internacionais diante do descumprimento de compromissos firmados pelo governo, assim como denúncias pelo descumprimento de legislações locais junto ao Ministério Público ao próprio IBAMA e à mídia nacional.

CARTA Nº 27 : Foi aberto um concurso público para contratação de servidores que atuarão nas áreas de acesso à informação e participação social. O caso citado acima contribui para o caminho de Governo Aberto? (S/N) e justifique.

Sim. A realização de concursos públicos com a previsão de cargos efetivos para as áreas de acesso à informação e participação social garante maior perenidade dessas políticas e contribui para sua institucionalização, reduzindo as chances de descontinuidade.

GLOSSÁRIO

Esse glossário tem como finalidade facilitar a compreensão de alguns termos usados no jogo e enriquecer o aprendizado. Depois do jogo, você pode pesquisar outras fontes e aprofundar seus conhecimentos.

Audiência Pública: são espaços de debate entre o governo e atores da sociedade. Tem o objetivo de criar oportunidades para discussão e de encontrar soluções para problemas públicos. Pode ser promovida para realizar coleta de informações, resposta de denúncias, definição de políticas públicas, elaboração de projetos de lei ou até para definição de empreendimentos de maior impacto social.

Auditoria: análise técnica e detalhada sobre determinadas funções e atividades exercidas por um órgão.

Código de Conduta Funcional ou Ética: conjunto de normas que estabelece a conduta dos administradores e colaboradores de uma instituição pública ou privada. Na administração pública, os códigos estabelecem diretrizes para a conduta do servidor público no exercício de sua função. Buscam reforçar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência para prevenir a corrupção e o estabelecimento de relações reprováveis com agentes privados.

Código-fonte: são as linhas de programação (símbolos) que formam um software – um aplicativo, um sistema, uma página. É a linguagem com que o programador escreve determinado programa. O código-fonte pode ser aberto e permitir que outros colaboradores escrevam essa linha em conjunto, a fim de promover melhorias para sua aplicação.

Conferências: processos participativos que reúnem governo e sociedade para discutir propostas e decidir prioridades para as políticas públicas.

Conselhos de Políticas Públicas (ou Conselho): são órgãos colegiados compostos por representantes do governo e da sociedade civil que permitem a participação ativa no desenho, execução e avaliação de políticas públicas específicas, tais como educação, saúde, infância e juventude, direitos da mulher, mobilidade urbana, meio ambiente, entre outras.

Consulta Pública: são ferramentas participativas oferecidas pelo governo para que a sociedade possa contribuir, por um período determinado e de forma específica, com comentários, sugestões e críticas para uma nova legislação ou política pública.

Controle Interno: são as medidas de controle (fiscalização, auditorias, questionamentos etc) realizadas por órgão interno ao poder. Exemplo disso são as Controladorias Gerais.

Controle Externo: são as medidas de controle (fiscalização, auditorias, questionamentos etc) realizadas por órgão externo ao poder. No caso do Poder Executivo, o controle externo é exercido pelo Legislativo, Tribunais de Contas e Ministério Público.

Controle Social: controle exercido pelos cidadãos, organizados ou não, por movimentos sociais e por organizações da sociedade civil, a fim de fiscalizar as políticas públicas e decisões do governo, contribuindo para sua melhoria. Complementa o trabalho realizado pelos órgãos de controle interno e externo.

Compliance: é um conjunto de medidas adotadas por empresas ou órgãos públicos que busca garantir a conformidade dos procedimentos, isto é, garantir que suas ações sejam realizadas de acordo com o estabelecido nas regras e normas, fortalecendo a cultura de transparência e prevenção de riscos e corrupção.

Dados Abertos: são dados livremente disponíveis para todos utilizarem e redistribuírem como desejarem, sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos

de controle. Na prática, a filosofia de dados abertos estipula algumas restrições tecnológicas para que os dados sejam legíveis por máquina. Todo dado público tem vocação para ser aberto. Como praticamente todo dado governamental é público, é fundamental que os governos implementem políticas para disponibilizá-los. Para saber mais, conheça as leis e os princípios dos dados abertos. Fonte: Portal Brasileiro de Dados Abertos – www.dados.gov.br

Formato Aberto: são formatos por meio dos quais as informações disponibilizadas podem ser acessadas por softwares não-proprietários. Exemplo disso são as informações publicadas em planilha de excel e as de open ou libre office. No primeiro caso, o excel está em um pacote da Microsoft e exige que a pessoa pague a licença para poder utilizá-lo; já o libre ou open office, por outro lado, permite que qualquer pessoa possa baixar, não exigindo pagamento para seu uso ou licença.

Git-Hub: é uma plataforma que funciona como um repositório de códigos-fontes e que possibilita o armazenamento, gerenciamento e colaboração entre seus usuários.

Institucionalização: no contexto do jogo, a institucionalização tem o efeito de tornar a política pública contínua e permanente, não suscetível a mudanças de gestão e mandatos.

Lei de Acesso à Informação (LAI): É a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que estabelece diretrizes para o acesso à informação, definindo quais são os procedimentos básicos que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem seguir. A LAI apresenta os conceitos de transparência ativa e passiva, explicados abaixo.

Transparência: um governo transparente proporciona informações sobre o que está fazendo, sobre seus planos de ação, suas fontes de dados e suas atribuições perante a sociedade. Além disso, estimula a prestação de contas da administração e as ações permanentes de controle social.

Transparência Ativa: é quando o governo publica informações em sites, locais públicos e em outros diferentes espaços de modo ativo (ou seja, sem ser demandado a fazer isso). Exemplos: divulgação de informações nos portais oficiais, placas com informações sobre as obras públicas que estão sendo realizadas ou até os Portais da Transparência e de Dados Abertos.

Transparência Passiva: é quando o governo responde a um pedido de informação (ou seja, quando é demandado a apresentar uma informação). Os pedidos podem ser registrados por qualquer pessoa nos Serviços de Informação ao Cidadão (SIC) - disponíveis de modo eletrônico (e-sic) ou presencial. O governo deve responder, de acordo com a LAI, em até 20 dias, prorrogáveis por mais 10 e, quando não for possível fornecer a informação por razões legais, justificar.

Tribunal de Contas: órgãos independentes que auxiliam o Poder Legislativo. A função deles é exercer controle, de forma técnica, sobre as contas públicas.

Linguagem Cidadã: é uma linguagem de fácil compreensão para qualquer pessoa, independente de sua formação escolar.

Ouvidorias: é um canal que tem como atribuição ouvir, encaminhar e acompanhar denúncias, reclamações, sugestões e elogios feitos pela população.

Participação: um governo participativo promove a participação ativa da sociedade nos processos de formulação das políticas públicas e a criação de novos espaços de interlocução que favoreçam o protagonismo e o envolvimento dos cidadãos. Além disso, viabiliza que as administrações públicas se beneficiem do conhecimento, das ideias e da experiência dos cidadãos.

Plano Diretor: documento de competência do município, é um mecanismo legal que busca determinar como o solo urbano será ocupado, buscando preservar interesses coletivos e difusos.

Políticas Públicas: conjunto de ações do governo que impactam a vida das pessoas.

Responsabilização: Um governo responsivo estabelece normas, regulamentos e mecanismos que obrigam atores governamentais a justificar ações, agir de acordo com as exigências legais e aceitar a responsabilidade no cumprimento de seus deveres. Ou seja, são medidas tomadas pelo governo no sentido de (I) informar seus atos; (II) responder por suas decisões ou omissões e (III) se responsabilizar por atos irregulares.

Startup: empresas e companhias novas no mercado que buscam explorar atividades inovadoras.

PERGUNTAS PARA O PÓS-JOGO:

1. Quais iniciativas de governo aberto baixadas refletem diretamente no seu ator?
2. Após o jogo, como você avalia a necessidade de fortalecer o Governo Aberto na agenda pública?
3. Para você, qual é a maior dificuldade de cada um dos atores para tornar um governo efetivamente aberto?
4. Após jogar, alguma coisa mudou na sua relação com o tema Governo Aberto? Se sim, diga o quê.

BIBLIOGRAFIA

Acreditamos na importância do uso de **fontes confiáveis** para a pesquisa do material. Apresentamos, a seguir, os links para acompanhamento dos registros:

<https://dados.gov.br>

<https://governoaberto.cgu.gov.br/>

<https://www.opengovpartnership.org/>

<https://www.oecd.org/gov/open-government/>

<https://www.politize.com.br/temas-politize/participacao-social/>

<https://trilha.imaflora.org>

<https://issuu.com/teresina2030>

http://www.saosebastiao.sp.gov.br/gov_aberto.asp

<https://www.youtube.com/watch?v=PZbujGrKoys>

QUEM PARTICIPOU DA CONSTRUÇÃO DESSE JOGO?

Desenvolvimento do Jogo

Amanda Faria Lima, Bruna Maria Silva Quirino, Gabrielle Ribeiro Nascimento, Júlia Fernandes de Carvalho, Laila Bellix, Thays Esaú dos Santos e Vanessa Meneguetti

Consultoras

Giovana Bertolini, Maíra Souza Rodrigues Póvoa, Priscilla Haueisen Dias Ruas e Tamara Figueirôa Bakuzis

Playtestes

Barthira Aranha, Fernando Kleimann, Gabriela Boechat, Guilherme Guimarães Fortuna, Leila Bezerra Motta, Lianna Resende, Marcella Midega Brum, Marcelo Medeiros, Marcus Bomfim, Maria Valdênia Santos de Souza, Mariana Fiúza, Pedro Markun, Raquel de Souza Costa, Sabrina Furlani, Silvia Cervellini, Thaís Simões e Wilson Ribeiro.



CGU



f /fastfooddapolitica

@fastfooddapolitica

www.fastfooddapolitica.com.br

@ contato@fastfooddapolitica.com.br

f /institutodegovernoaberto

@institutodegovernoaberto

www.institutodegovernoaberto.com.br

f /cguoficial

@cguoficial

www.gov.br/cgu

